

**SC03. Fontes Cartoriais e Judiciais**

Rodrigo Ceballos

**SENHORES E ESCRAVIZADOS: ARRANJOS E RESISTÊNCIAS NA BUSCA PELA LIBERDADE**

*Mauricélia Francisca de Sousa*<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho pretende discutir a escravidão no sertão da Paraíba do Norte, precisamente na Vila de Cajazeiras. A escravidão ganhou, no Brasil, novos contornos historiográficos a partir da década de 1980. Os escravizados passaram a ser entendidos como sujeitos históricos, capazes de criar mecanismos para defender seus interesses e, assim, encontrar formas de resistência, mesmo que muitas vezes tímidas, à sua sujeição no sistema escravista. Pretendemos analisar os lugares sociais dos escravizados na Cajazeiras de fins do século XIX, e os tipos de relações sociais que os mesmos estabeleceram com seus senhores. A intenção é entender os meios e os arranjos elaborados para a obtenção de formas de liberdade. O estudo foi realizado através de fontes cartoriais. Existiram escravizados que souberam elaborar meios de convivência aparentemente pacífica com seus senhores para a obtenção da alforria. As fontes cartoriais analisadas nos mostraram escravizados resistindo ao domínio da escravidão, criando relações de interesse com seus senhores.

**Palavras-chave:** Paraíba do Norte, Escravidão, Vila de Cajazeiras, Resistência, Liberdade.

Durante o século XX, o tema escravidão ganhou linhas historiográficas divergentes, dentre elas, as que consideravam os escravizados como “coisas”; outra que os viam como seres passivos; e ainda outras que os consideravam rebeldes<sup>2</sup>. Depois da década de 1980, uma nova corrente historiográfica trouxe à tona os escravizados como sujeitos históricos. Muitos historiadores adotaram e passaram a trilhar por este caminho, vendo os escravizados como sujeitos de suas vidas, não mais como seres passivos ou somente “coisas”.

Conforme Vainfas, a História das Mentalidades estava sendo criticada e seu “refúgio” foi a Nova História Cultural. Essa nova história trouxe a “história das margens”, o estudo das pessoas simples, no seu cotidiano. Sujeitos históricos que foram esquecidos ou relegados a segundo plano por uma “Macro história”. Segundo Vainfas (2002, pp. 56-57),

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores CFP, Cajazeiras. (mauricelia.30@gmail.com)

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão da corrente historiográfica que considerava o escravizado um ser passivo, que aceitava de forma branda a escravidão, ler FREYRE (2006). Para um maior entendimento da corrente historiográfica que considerava os escravizados como coisas, como parte integrante de uma economia e da cultural local voltada somente para o trabalho, negando-lhes dessa forma o lugar de sujeitos históricos, ler SODRÉ (2002), TOLEDO (1997). Para uma maior percepção da corrente historiográfica que considerava os escravizados rebeldes e esta autora os aborda em sua tese, ler ROCHA (2007).

A chamada *nova história cultural* não recusa de modo algum as expressões culturais das elites “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas. Em resumo, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal, sobretudo pelo *popular*.

Vemos pela fala de Vainfas que essa nova linha historiográfica não recusa a história das elites, mas também se interessa pela história dos anônimos, com suas crenças e o seu cotidiano.

A História Social surgiu como possibilidade de estudo para a História Cultural, e trouxe uma nova visão para os historiadores que resolveram adotá-la. Segundo Vainfas (2002, p. 66), o maior representante da História Social foi Edward P. Thompson, que elaborou uma nova história social britânica, voltada para o estudo da cultura das classes populares.

[...] Thompson se lançou ao estudo das *resistências* das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção.

A contribuição de Edward P. Thompson para a historiografia foi considerar as “classes subalternas” como construtoras e partícipes da sociedade em que estão inseridas, independentes das classes dominantes, para constituir uma identidade social repleta de valores próprios.

Por sua vez, a micro- história, conforme Vainfas, surgida na década de 1970 e 1980, faz uma união com os preceitos da História Cultural e Social, permitindo ao historiador obter uma visão maior da cultura das pessoas anônimas. Dessa forma há um aprofundamento do estudo das relações cotidianas dos mais esquecidos. O seu maior representante é Carlo Ginzburg<sup>3</sup>.

\* \* \*

A década de 1980 no Brasil se constituiu num marco historiográfico. A partir daquele momento iria-se encontrar um caminho novo, repleto de novos temas, abordagens e objetos permitindo ao historiador encontrar paradigmas para se contar a história dos mais simples.

---

<sup>3</sup> Carlo Ginzburg no seu Livro “O queijo e os vermes” (1987) traz à tona os desníveis culturais que existiam nas sociedades que, segundo ele, eram consideradas civilizadas; ele faz um aprofundamento na cultura e costumes das pessoas anônimas da sociedade, que possuíam seus próprios pensamentos e maneiras de agir.

Nesse momento, os homens e mulheres escravizados nos períodos colonial e imperial do Brasil, que por um longo período foram vistos pela historiografia como seres passivos ou somente coisas, passaram a ganhar vida através da História Social. Esse tipo de História passou a apresentá-los como pessoas capazes de pensar, de criar meios em busca de não aceitar a dominação daqueles que detinham o poder na sociedade da época. Os escravizados foram postos na categoria de pessoas que trabalharam e que construíram suas histórias.

É importante, entretanto, compreender que correntes historiográficas não davam ao escravizado seu lugar de agente histórico. Gilberto Freyre foi um dos primeiros autores a escrever sobre a escravidão em terras brasileiras. Sua obra mais conhecida “Casa-Grande e Senzala” (2006) trouxe na sua visão um cotidiano onde negros e brancos conviveram em harmonia, colocando a figura do escravizado como um ser passivo que não confrontava seu senhor.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama- de- vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2006, p. 367).

Esse escravizado, descrito por Freyre, dá a entender sua aceitação passiva ao sistema que circulava em seu redor, vivendo de forma branda e aceitando a dominação dos senhores brancos. Outra corrente historiográfica que veio a ser derrubada em suas conclusões foi a do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB<sup>4</sup>.

O ISEB era composto de muitos intelectuais brasileiros que viam o escravizado somente como uma força econômica que tinha um único fim: fazer o Brasil crescer.

“Colonizador” [...] é sujeito, ao passo que o colonialismo é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigação e deveres e, quanto aos direitos, apenas aqueles que o Senhor lhe concede. O escravo não é sujeito e não tem direito porque, como diria Hegel, não é “reconhecido” pelo Senhor. Não é visto por ele como se fosse também sujeito (CORBISIER, *apud* TOLEDO, 1997, p. 84-85).

---

<sup>4</sup> Para uma maior compreensão do pensamento elaborado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros o ISEB para o Brasil e como eles viam a figura do escravizado na sociedade brasileira, ler TOLEDO (1997).

Podemos perceber pela fala de Corbisier que esse escravizado não tinha um lugar social, era visto como mero objeto para o enriquecimento do país através de seu trabalho. Dessa forma tanto essa corrente historiográfica que considerava o escravizado uma “coisa” como a de Freyre (do escravizado passivo) foi refutada pela História Social, que trouxe essas pessoas como sujeitos históricos.

Os historiadores adotaram a História Social para os escravizados, vendo-os também como agentes de suas vidas, pessoas que resistiram e lutaram para conseguir viver uma vida digna, onde pudessem ser livres. Encontraremos mais adiante alguns destes escravizados, viventes nos sertões paraibanos no período imperial brasileiro.

Percebemos que a nova vertente historiográfica que se instalou no Brasil na década de 1980 foi de fundamental importância para que a história de homens e mulheres simples, escravizados, pudesse vir à tona, demonstrando dessa forma que não seriam mais vistos como seres passivos ou somente coisas, mas construtores de suas próprias histórias.

## **PARAÍBA DO NORTE, SERTÃO, UM LUGAR DIFERENCIADO**

A escravidão no Brasil se estendeu por um longo período. E não foi diferente com o sertão da Paraíba. Em terras cajazeirenses, os escravizados se fizeram presentes. Nós os encontramos ainda no final do século XIX lutando, resistindo ao sistema que os queria escravizar.

Muitos são os trabalhos sobre os escravizados no Brasil. Os historiadores estão a cada dia descobrindo histórias de homens e mulheres que foram escravizados, mas que não se entregaram ao cativo, muito pelo contrário, lutaram e resistiram. Com relação aos trabalhos sobre escravidão na Paraíba existem muitos, porém relacionados principalmente ao litoral<sup>5</sup>. Com relação aos trabalhos específicos sobre o sertão paraibano ainda são poucos, mas de grande ajuda para desvendar um pouco do sertão no período imperial e final do século XIX. Dentre estes podemos citar dois autores: Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes<sup>6</sup> e Wlisses

---

<sup>5</sup> Os trabalhos de historiadores paraibanos são voltados principalmente para o litoral, embora abordem também o sertão, mas não de forma detalhada. São eles: Solange Pereira da Rocha **Gente Negra na Paraíba oitocentista: População, família e parentesco espiritual** (2007); Eleonora Felix da Silva **Escravidão e resistência escrava na cidade d' Area oitocentista** (2010); Maria Vitória Barbosa Lima **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)** (2010); Luciano Mendonça de Lima, **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande-século XIX (2008) e etc.

<sup>6</sup> Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes é Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande e Doutoranda pela Universidade Federal do Ceará. Sua dissertação é intitulada **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

Estrela de Albuquerque Abreu<sup>7</sup>. São trabalhos mais recentes que nos dão uma ideia de como foi ser escravizado em terras sertanejas.

Na Paraíba do Norte, os escravizados como em todos os lugares do Brasil, não se aceitaram como aqueles sujeitos que não detinham poder sobre sua própria vida e foram em busca de conquistar sua liberdade. “ Muitos se rebelaram sabotando a produção, se suicidando, assassinando feitores, capitães-do-mato ou seus donos, ou, ainda, fugindo e organizando quilombos”. (LIMA *et. al.*, 2008, p. 41).

Esses escravizados que não aceitaram esse sistema foram por tempos esquecidos da historiografia dessas terras paraibanas. Conforme Rocha, muitos historiadores não os mencionaram nos seus trabalhos ou lhes deram um lugar secundário. Somente depois da própria Rocha e outros historiadores mais recentes é que esses negros, homens e mulheres, foram vistos como construtores contribuintes para a história da Paraíba. Rocha (2007, p. 53) nos diz que:

Porém, se os negros não estavam em grande número, eles se fizeram presentes desde as primeiras expedições até o fim da escravidão no país, desenvolvendo as atividades que concorreram para construção material e cultural da sociedade paraibana.

Podemos compreender então que esses homens e mulheres estavam aqui, trabalhando, contribuindo, sendo sujeitos históricos de suas vidas, lutando também por liberdade, tanto no litoral como no sertão.

O sertão paraibano se constituiu num lugar diferenciado, pois segundo Abreu (2011, p. 71)

Os escravos estavam a trabalhar em todos os setores produtivos da região. Eles figuravam como importante parcela entre a riqueza dos senhores, estando presentes nos trabalhos domésticos, nos relacionados à construção e conservação de benfeitorias (currais, cercas, açudes, cacimbas, entre outros), na condução das boiadas, na criação de uma variedade de animais (carneiros, ovelhas, bodes, galinhas, etc.), no trato com a lavoura, na edificação de moradias, na vigilância das propriedades e de outros escravos, entre as mais variadas tarefas.

---

<sup>7</sup> Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu é Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Sua dissertação é intitulada **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

Compreendemos que esses escravizados do sertão foram uma força motora de grande importância nas terras paraibanas, pois estavam a trabalhar nos vários setores da vivência do povo sertanejo, dos trabalhos domésticos como nos diz o autor, até conduzir o gado e também na construção das casas desses senhores do sertão. Esses escravizados estavam em todas as tarefas que envolviam mão de obra. Os escravizados que habitavam a ribeira do Rio do Peixe, ainda segundo o mesmo autor, podiam ter certa “liberdade”, já que os mesmos trabalhavam em vários setores e também na lida com o gado. Esse autor nos diz ainda que isso pode ter contribuído para que senhores e escravos pudessem ter uma relação mais próxima, visto que os escravizados vaqueiros ganhavam a confiança do senhor, pois tinham direito de andar livremente pelas terras.

Os escravizados do sertão, dessa forma, podiam muito bem usar essa confiança que os senhores depositavam neles para elaborarem meios de convivência mais íntima e de certa obediência para atingirem futuramente seu objetivo: a liberdade. Moraes (2011, p. 80), ao falar sobre o Sertão de Piranhas no século XVIII, nos informa que:

Essa proximidade entre o senhor e escravo, tanto física como, possivelmente, na lida com o gado, somada às características do sertão, de ter ambiente ermo e distante de certas amarras da cultura dita [sic] “civilizada”, talvez tenham contribuído para que houvesse arranjos peculiares entre senhores e escravos.

Percebemos que a autora concorda quanto ao papel que o escravizado teve nessas terras; ele era aquele que conduzia o gado, que tinha uma confiança depositada em si. Mesmo possuindo essa confiança, esse escravizado segundo essa mesma autora, era visto da mesma maneira que em todos os outros lugares do Brasil: como “inferior”, aquele que não possuía nada, que nem dono de sua própria vida era.

Esse sertão paraibano do final do século XIX foi marcado pela figura do escravizado que aqui viveu e que construiu uma rede de relações com seus senhores. Senhores esses possuidores de riquezas e de muitos escravizados. Escravizados esses que como agentes de suas vidas souberam criar meios para atingir seus objetivos.

## **VILA DE CAJAZEIRAS E SEUS ESCRAVIZADOS**

A Vila de Cajazeiras conforme site do IBGE está localizada entre a sub-bacia hidrográfica do Rio do Peixe, e a bacia do Rio Piranhas.

A cidade originara-se de uma data de sesmaria de 1765 concedida ao pernambucano Luiz Gomes de Albuquerque, um dos colonizadores do Vale do Rio do Peixe e pai de Ana Francisca de Albuquerque (a “Mãe Aninha) que veio a casar-se com Vital Rolim. Do enlace matrimonial de Ana com Vital Rolim, nasce Inácio Rolim, um dos filhos do casal, que depois de se tornaria padre e, ao retornar do Seminário de Olinda, funda um Colégio em 1843. A construção de uma Capela, de um Colégio e de um Açude dentro da Fazenda, o Açude Grande, dá origem ao povoamento e a área urbana. Em 1863 foi criado o município de Cajazeiras, cuja sede foi elevada a Vila, desmembrando-se de Sousa. Em 1876 a Vila é transformada em Cidade e ganha o seu desenvolvimento a partir das feiras e do comércio do algodão. (SILVA FILHO, 1999, p. 301).

Conforme a fala de Osmar Filho, compreendemos que através de uma doação de terras foi se constituindo aos poucos a Vila de Cajazeiras, e que em 1863 a mesma se tornara uma Vila. Nessas terras cajazeirenses encontramos nossos escravizados lutando por liberdade. Esse fato fica evidenciado nas cartas que encontramos no cartório Antonio Holanda, localizado no mesmo município.

A documentação encontrada na Vila de Cajazeiras se constitui de documentos oficiais. Em nenhum deles encontramos escravizados enfrentando seus senhores de forma violenta. Encontramos numa das cartas a **afetividade**, documento esse do ano de 1865:

No primeiro dia do mês de abril do ano de mil oitocentos sessenta e cinco neta [sic] Vila de Cajazeiras comarca de Sousa; da província da Paraíba do Norte em meu cartório havia (ilegível) quim Pereira de Albuquerque [...] por ele me foi entregue uma carta de alforria para ser lançada em notas [...] e disse assim uma escrava mulata de nome Luise filha de uma minha escrava que, a [...] confesso que dela fiz, tendo eleita minha escrava idade de treze dia de nascida a qual de minha muito livre e espontânea vontade a foro na pia Batismal gratuitamente, [...] ponho liberdade por este papel[...]. Sítio Catolé de Cima vinte e nove de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e oito [...] Serafim Gomes de Albuquerque.<sup>8</sup>

Percebemos na carta que o senhor Serafim Gomes de Albuquerque diz ser a escravizada sua eleita. Esse fato nos leva a pensar que a mesma poderia ter na verdade algum laço de parentesco com seu senhor, visto que o mesmo a deixa forra na pia batismal de forma gratuita, e isso está evidenciado no documento. O senhor demonstra ter um carinho especial pela mesma. Não sabemos mais nada a respeito desse senhor, qual era sua situação civil; o que podemos notar é que no sertão esses laços podiam se estreitar. Senhores e escravizados podiam ter uma relação mais próxima, [...] “até porque a distância da vigília dos grandes centros abria brechas para a construção desses laços sem tanto pudor [...]” (MORAES, 2011, pp. 81-82).

---

<sup>8</sup> Cf. Livro de Nota 1864: Ficha 02, página 02. Carta de alforria que faço lançar em notas como abaixo declaro.

Serafim Gomes de Albuquerque poderia ser pai da menina, e não querendo que a mesma enfrentasse as atribuições da escravidão lhe dá a liberdade. Mas isso não nos leva a crer que na Vila de Cajazeiras só houvesse esse tipo de relação, pois em todo o período da escravidão senhores alforriavam seus escravos ou mesmo os poderiam maltratar. Essa atitude de Serafim não implica dizer que ele foi um bom senhor por ter esse gesto de carinho por Luise; mas e por seus outros escravizados, será que teria o mesmo ato? Acreditamos que não. Moraes ao falar da liberdade que o escravizado vaqueiro possuía, nos diz que mesmo ele possuindo alguma liberdade [...] “não significa dizer que, no sertão, a escravidão era melhor ou pior, porque isso implicaria dizer que existiria uma escravidão boa e outra ruim, e não cremos nisso” (MORAES, 2011, p. 80). Dessa forma essa compreensão também pode ser aplicada as relações domésticas entre senhores e seus escravizados.

No sertão as relações entre senhores e escravizados se deram de diferentes maneiras. “O que havia eram relações entre senhor e escravo e que se baseavam em trocas de favores”. (MORAES, 2011, p. 88). Isso fica evidente na carta do escravo José.

Aos dez dias do mês de Março de ano de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco nesta Vila de Cajazeiras [...] em meu cartório aparece Antonio Pinheiro de Araujo morador nesta Vila [...]; e por ele me foi apresentando a carta de liberdade de teor seguinte: Digo eu abaixo assinado que entre os mais bens que possuo mansa e pacífica posse livre e desembargado bem assim meu escravo mulato cria de casa de nome José de idade de quatorze [...] anos, que em minha terça o faço e liberto [...] e desde já mi desfaço de todo domínio que em dito escravo tinha; tão somente assistir-me enquanto a minha existência, e por ser verdade por não saber ler nem escrever peço ao Senhor [...] David de Sousa Rolim este por mim passasse assinasse. Caiçara de Pedra [...]. A pedido de Senhora Bonifacia Martins Pereira.<sup>9</sup>

Encontramos a senhora Bonifácia Martins alforriando seu escravizado de 14 anos e o mantendo sob uma condição. Devemos pensar que José, nessa idade, não conseguiria ter o pecúlio suficiente para comprar sua alforria, mas que alguém o poderia ter feito. Talvez uma possível mãe, ou que a senhora tinha afeto pelo mesmo, pois ele foi considerado na carta “cria da casa”.

Mas nesse documento também percebemos o jogo de interesse que foi representado tanto do lado da senhora Bonifácia como de seu escravizado José. Ela o liberta, mas o condiciona a ficar ao lado dela até sua morte. Não há nenhum valor citado pela compra da liberdade do mesmo, demonstrando dessa forma que José poderia ter se mostrado uma pessoa

---

<sup>9</sup> Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 34, página 56: Escritura de Liberdade lançada em Nota do Escravo José que foi de Bonifácia Martins Pereira que adiante se segue.

gentil nos afazeres da casa, demonstrando a sua senhora que era digno de receber ou comprar sua alforria. Podemos pensar o mesmo dentro da casa grande, conhecendo os costumes e a intimidade daquele lugar. Todo esse conhecimento poderia ter proporcionado a José conquistar o carinho de sua senhora, e ela querendo-o livrar da escravidão, dá a sua liberdade. São hipóteses a serem pensadas, pois dessa forma teremos uma noção para compreender um pouco do sistema escravista e como os escravizados agiam para conquistar a liberdade.

No cartório Antonio Holanda, em Cajazeiras, foram encontrados três tipos de cartas de alforria: seis cartas de alforria sob condições; seis cartas de alforria por doação; e quatro cartas de alforrias compradas.<sup>10</sup> Uma dessas nos chamou a atenção: a carta de alforria sob condições. Mattoso (1990, p. 208) nos informa que:

No Brasil, o *statuliber*, o alforriado sob condição, foi sempre considerado livre perante a lei. O direito dá-lhe personalidade jurídica. Contudo, o pleno gozo e exercício da liberdade são retardados até caírem todas as clausuras enumeradas na carta de alforria. O escravo *statuliber* brasileiro é equiparado ao menos não-emancipado. Pode, assim, adquirir bens, está livre dos castigos corporais e de todas as punições impostas aos escravos. Ante os tribunais, não é julgado como escravo. O liberto sob condições não pode ser vendido, alienado, hipotecado. Não pode, por isso, voltar à condição anterior de escravo, é uma pessoa inteiramente à parte; veremos, porém, como os senhores conseguirão contornar este aspecto da lei. Em caso de prática de delito, o *statuliber* responde direta e pessoalmente às acusações. Seus filhos nascem livres. Seu trabalho deixa de ser considerado escravo.

Percebemos que esse escravizado garantiria para si uma vida melhor, mesmo estando ainda sob o jugo de seu antigo senhor; ele já não sofreria a grande maioria dos horrores destinados aos outros escravizados.

Podemos pensar que as relações entre senhores e escravizados se deu pela violência, afetividade e interesse; todos esses sentimentos permearam a vida destes, pois percebemos nitidamente na carta de Luise um jogo de afetividade e na carta envolvendo o escravizado José, o interesse.

Gilberto Freyre no seu livro “Casa Grande e Senzala” (2006) abordou a violência em seus textos, mas deixou evidenciada uma benevolência muito grande por parte de senhores escravistas.

---

<sup>10</sup> Encontramos em nossa documentação outros tipos de cartas tais como: de permuta, de destrato, testamento lançado em notas, cartas de hipoteca e cartas de doação, todas contendo escravizados. Diferenciamos as cartas acima para mostrar que na Vila de Cajazeiras, a liberdade podia acontecer de diferentes maneiras. As cartas sob condições deixavam evidente que continham uma exigência, a de que o escravizado deveria servir ao senhor até a sua morte. As cartas de doação de alforria, nós a intitulamos dessa forma porque não contém nenhum valor apresentado pelo escravizado, ou seja, aparentemente parecem ser doadas aos cativos por seus senhores. As cartas de alforria compradas contém um valor, mostrando que o cativo, homem ou mulher comprou a sua liberdade por determinada quantia.

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 2006, p. 435).

Freyre abrandou de forma exagerada essa relação entres senhores e seus escravizados, pois sabemos que a escravidão foi um sistema cruel e violento onde o escravizado não tinha nenhum valor social e foi tratado como mero objeto. Mas essa constatação de ter havido muita violência, não pode negar que houve certamente convivência de afetividades entre senhores e seus escravizados.

No ano de 1866, o Padre Serafim Gomes de Albuquerque vai à fazenda Capoeira e troca a sua escravizada Joanna pela escravizada Samianna que pertencia a Dona Anna Josepha de Jesus. Podemos perceber nesse documento uma relação de afetividade e interesse. A senhora Anna passou a ter uma convivência afetiva, de amizade com a escravizada do Padre Serafim, e isso levou ambos a uma negociação para a troca das mesmas. Pensamos que esse processo não se deu de forma rápida, mas através de muita negociação. Analisando bem essa carta, podemos perceber que a escravizada Joanna ganharia muito com essa troca, pois sendo ela amiga de sua senhora, certamente a liberdade poderia vir em breve.

Percebemos escravizados elaborando meios de convivência aparentemente pacífica para conseguir a alforria. Como agentes de suas vidas, souberam criar mecanismos para atingir o maior de todos os sonhos: o domínio, mesmo que muitas vezes frágil, sobre sua própria vida. Tanto o escravizado José como a escravizada Joanna, elaboraram meios de convivência dócil no interesse de conseguir sua alforria no momento oportuno.

## **LIBERDADE EM CAJAZEIRAS: UMA CONQUISTA DO ESCRAVIZADO**

Em todas as cartas de alforria encontradas na Vila de Cajazeiras que continham escravizados, pudemos observar a intervenção dos mesmos para alcançar esse objetivo, pois em momento algum eles aceitaram esse sistema e lutaram contra o mesmo de todas as formas possíveis, até se tornarem livres.

Segundo Thompson (1998), no século XVIII as pessoas simples estavam criando estratégias de oposição às normas impostas pela sociedade elitista que detinha o poder, contrapondo-se e mostrando-se possuidores de uma cultura, de uma vida social que era repleta de valores próprios e que deveria ser respeitada. Pensando dessa forma, podemos perceber escravizados que não se aceitaram como cativos e foram em busca de seus direitos, de sua liberdade, de uma vida digna, demonstrando dessa forma que não aceitavam o sistema que os queria escravizar. A elite senhorial não conseguiu fazer com que o escravizado acreditasse que não tinha uma vida própria onde ele mesmo pudesse controlá-la.

Na Vila de Cajazeiras foram encontradas cartas de alforria datadas do ano de 1864 a 1867, e nelas percebemos homens e mulheres que resistiram à escravidão criando seus próprios meios para atingir a liberdade.

A liberdade pela alforria é um dispositivo legal. Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestações, tornou-se hábito que o documento seja registrado no cartório em presença de testemunhas. Com muita frequência ocorre, porém, que se passem anos entre a concessão da alforria e seu registro em cartório. Muitas delas são outorgadas por manumissão em testamentos ou nas pias batismais (MATTOSO, 1990, pp. 177-178).

Vemos pela fala de Mattoso, que a carta de alforria era um meio legal onde o escravizado poderia sonhar com a liberdade tão almejada. Sabemos bem que essa liberdade não o seria de fato uma liberdade completa, devido à sociedade oitocentista ser bastante preconceituosa com negros africanos, mesmo que livres. O escravizado teria que enfrentar ainda muita luta para se ver livre do preconceito imposto pela sociedade.

O escravizado cajazeirense se mostrou dócil na convivência diária, resistindo de forma aparentemente pacífica para alcançar seu desejo maior. Numa das cartas, analisamos que o escravizado Raimundo, no ano de 1866, com então 58 anos de idade, sonhava com sua liberdade e buscava meios de consegui-la. Era escravizado de Dona Mariana Francisca por muito tempo. Nessa convivência, o mesmo foi se mostrando obediente e, dessa forma, resistindo ao sistema escravista, negociando com sua senhora até conseguir da mesma a compra de sua liberdade. Certamente conseguira o pecúlio quando possuía algum tempo livre, obtendo uma renda para comprar a sua liberdade. Rocha (2007, p. 294) contribui com sua fala para que compreendamos melhor esse processo. “Em se tratando de mulher ou homem

escravizado, os esforços seriam redobrados para adquirir uma renda extra e acumular recursos pecuniários para a compra de sua própria liberdade ou de pessoa da sua família”.

Dona Mariana Francisca pediu que o senhor Bernardo José de Lima Suassuna escrevesse a carta de alforria de Raimundo. O escravizado Raimundo se tornou livre, comprou sua liberdade pela quantia de 400 mil réis, e foi o mesmo que foi à Vila de Cajazeiras para passar em notas sua alforria<sup>11</sup>.

[...] a alforria era fruto de negociação, não necessariamente pacífica, entre senhores e seus escravos. Ela possuía toda uma simbologia e significado que permeava uma liberdade legalizada e o poder de ir e vir, tendo sua condição de liberto comprovada àqueles que a contestavam pelo caminho (MORAES, 2011, p. 98).

Vemos na fala de Moraes que essa alforria foi fruto de negociação. Essa liberdade negociada foi fruto de muita resistência ao sistema, pois um escravizado que não se mostrasse dócil e obediente teria menos chances de conseguir a liberdade, pois seu senhor tinha poderes legais sobre ele. Como nos diz Moraes, essa carta tinha um significado importante, o escravizado poderia apresenta-la sempre que quisesse e mostrar que era livre.

No Brasil, as mulheres e os homens escravos [...], tinham que se mostrar submissos aos ditames e desejos de seus possuidores, para convencê-los que mereciam ser “premiados” por seus “bons serviços” e pela “obediência” ao longo da vida, [...] além de terem que executar trabalhos, precisavam ser considerados exemplares. Liberdade via alforria não era para todos. Mesmo esses que tinham chances, necessitavam “vestir” máscaras, para convencerem seus donos (ROCHA, 2007, p. 300).

No trecho descrito por Rocha, conseguimos ver a importância do manter-se obediente, trabalhar sem reclamar, para dessa forma ser beneficiado pelos senhores. O escravizado praticava esse papel de docilidade mostrando sua capacidade de ser pensante capaz de criar meios para conquistar a confiança de seu senhor ou senhora e assim mais adiante, conseguir realizar seu maior objetivo: o tornar-se livre das amarras do cativeiro.

Os senhores Damião Ribeiro Campos e sua mulher Maria Isabel de Jesus possuíam uma escrava por nome Maria. No ano de 1865, Maria foi ao cartório da Vila de Cajazeiras para passar em notas sua alforria. Essa escravizada certamente se mostrou gentil nos afazeres da casa, vestindo “máscaras” para a conquista de seu bem mais precioso: o domínio sobre si mesma, sua liberdade. Na carta, podemos perceber como Maria agiu, pois seus senhores

---

<sup>11</sup> Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 23, página 01: Carta de liberdade que vai lançada em nota a requerimento do liberto Raimundo como tudo abaixo assinado.

diziam que por virtude da mesma e pela morte deles a deixavam livre. Percebemos que Maria adquiriu a confiança e porque não dizer certo carinho por partes de seus donos, pois eles diziam na carta de liberdade que a mesma merecia ser livre. Essa escravizada passou por cima de todos os sofrimentos possíveis para conquistar seus donos de forma a negociar sua carta de alforria e atingir a liberdade<sup>12</sup>.

Essa foi a forma de resistência ao sistema escravista que encontramos em terras cajazeirenses nos anos de 1864 a 1867, a negociação em busca da liberdade. Escravizados que como Raimundo, Maria, José e tantos outros, não se aceitando como cativos, e como pessoas pensantes que eram, agiram de forma silenciosa, mantendo relações de interesse com seus donos, de aparente docilidade e obediência. Não pensemos, porém que não houve outras formas de resistir ao sistema na Vila de Cajazeiras. Mas não encontramos fontes que nos forneceram novos dados. O sertão paraibano também não possuiu somente esse tipo de resistência, certamente ocorreram outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escravidão no Brasil foi longa. Vemos em fins do século XIX senhores possuindo escravizados no interior da Paraíba do Norte, precisamente na Vila de Cajazeiras. Descobrimos escravizados que trabalharam, que lutaram e resistiram a escravidão de forma negociada, mantendo relações de interesses com seus senhores para conseguirem dessa maneira a liberdade.

A partir do momento que o pensamento elaborado por Edward P. Thompson foi adotado por historiadores brasileiros na década de 1980 no Brasil, a história da escravidão passou a ganhar novos contornos. Os escravizados passaram a ser vistos como pessoas possuidoras de uma cultura própria e que eram agentes de suas histórias. Dessa maneira foram sendo descobertas histórias de homens e mulheres que não se aceitando cativos foram em busca de sua liberdade.

Na Paraíba do Norte esses escravizados foram por muito tempo deixados à margem da história da província, até que estudos mais recentes vieram restituir seu lugar na construção desse lugar. O sertão foi o lugar onde esses escravizados trabalharam, elaboraram meios através da convivência para terem uma vida digna, repleta de liberdade.

---

<sup>12</sup> Cf. Livro de Nota 1864: Documento n° 42, página 68: Escritura de Liberdade lançada em Notas da Escrava Maria que foi de Damião Ribeiro Campos e de sua mulher Maria Isabel de Jesus, tudo como abaixo se segue.

A liberdade em Cajazeiras foi uma conquista do escravizado, pois nas várias cartas de alforria e na carta de troca que analisamos, encontramos homens e mulheres lutando, mostrando-se dóceis, obedientes, mantendo uma boa convivência para dessa forma negociar com seus senhores a sua liberdade. Escravizados que mantiveram relações de interesse, que aceitaram em silêncio seus sofrimentos para conseguirem aquilo de maior importância para eles: o domínio sobre seu próprio corpo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande 2011.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil; Vol. 1).

FILHO, Osmar Luiz da Silva. **Na Cidade da Parahyba, O Percurso e as tramas do Moderno (1892-1928)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LIMA, Luciano M.; ROCHA, S. P.; LIMA, M. da V. B. A. **Escravidão na Paraíba. Trabalho Cultura e Resistência. A Escravidão e o processo de Conquista e Ocupação do Interior da Paraíba**. In: Souza A. C. B.; Sousa, F. G R. B. (Orgs.). **História da Paraíba - ensino médio**. Campina Grande; EDUFPG; 2008. pp. 37-60.

MATTOSO, Kátia Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba oitocentista: População, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologias**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

### Sites:

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250370&search=paraiba%7Ccajazeiras%7Cinfograficos:-historico>. Acesso em: 20/01/2014.

**Documentos oficiais encontrados no II Cartório de notas, imóveis, títulos e protestos, Antonio Holanda em Cajazeiras- PB.**

**Ano 1864**

**Cartas de Alforria ou Escrituras de liberdade**

**Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, ficha 02. Pág.: 02.**

Escravizada: Luise.

Senhor: Serafim Gomes de Albuquerque.

Data da alforria: 29/02/1848.

Data da alforria passada em notas: 01/04/1865.

**Ano 1865**

**Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade**

**Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 56.**

Escravizado: José

Senhora: Bonifacia Martins Pereira.

Data da alforria: 08/02/1865.

Data da alforria passada em notas: 10/03/1865.

**Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 68-69.**

Escravizada: Maria

Senhores: Damião Ribeiro Campos.

Maria Isabel de Jesus.

Data da alforria: 17/01/1865.

Data da alforria passada em notas: 24/11/1865.

**Ano 1866**

**Cartas de alforria ou Escrituras de liberdade**

**Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864. Documento n° 23. Pág.: 01.**

Escravizado: Raimundo.

Senhora: Mariana Francisca.

Data da alforria: 14/04/1866.

Data da alforria passada em notas no cartório: 29/12/1866.

**Ano 1866**

**Carta ou Escritura de Permuta**

**Cartório Antonio Holanda (Cajazeiras- PB). Livro de Notas ano de 1864, fls. 82.**

Escravizadas: Joanna e Samianna.

Trocadores: Padre Serafim Gomes de Albuquerque e Dona Anna Josepha de Jesus.

Data da troca: 26/03/1866.